



RELATÓRIO E CONTAS 2017



Mafra, 05 de Março de 2018



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

**GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS,
INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M. S.A.**

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2640-486 Mafra

Capital Social 900.000,00 euros
Matrícula nº 3 da C.R.C. Mafra
Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE - Dr. Hugo Manuel Moreira Luís
SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
VOGAL – Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
VOGAL – Dr.ª Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC
SUPLENTE – Dr.ª Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

INDICE

- 1. Relatório de Gestão**
- 2. Balanço**
- 3. Demonstração de Resultados**
- 4. Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- 5. Anexo às Demonstrações Financeiras**
- 6. Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio**
- 7. Certificação Legal das Contas**
- 8. Relatório e Parecer do Fiscal Único**

[Handwritten signature]

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

1 – Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Acionistas,

Em cumprimento da Lei, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2017.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

1. INTRODUÇÃO

A **GIATUL**, ao longo do exercício de 2017, demonstrou capacidade de adaptação às novas exigências económicas e financeiras impostas pelo ambiente nacional e exigidas pelo seu acionista. Neste sentido, a implementação de fortes medidas de otimização operacional tomadas nos últimos anos, foram fundamentais para preparar e lançar a empresa neste novo paradigma.

O forte ajuste na equipa de colaboradores e de uma maior utilização de trabalhos prestados por terceiros para garantir o cumprimento dos prazos dos trabalhos acordados, manteve-se o objetivo de melhoria das condições dos contratos existentes com fornecedores e prestadores de serviços, tendo permitido apresentar resultados que garantem a sustentabilidade e uma maior autonomia da sociedade.

Foi neste contexto, que atingiu um Volume de Negócios de 7.415.032,61€ (Sete milhões, quatrocentos e quinze mil, trinta e dois euros e sessenta e um cêntimos), uma redução do Passivo em 197.741,97€ (Cento e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e um euros e noventa e sete cêntimos) e uma margem de EBITDA de 9,32%.

2. HISTORIAL

A **GIATUL** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00€, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005, o parceiro Orbitur, SA cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em Março de 2008, a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em Agosto de 2010, a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A." e o capital social da empresa passou a ser de 900.000,00€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.

2. EVOLUÇÃO DA EMPRESA

2.1 Atividade de Turismo e Lazer

O sector de turismo, para o Município é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o **Ericeira Camping** um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do **Ericeira Camping**, visa:

- Promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.

- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua atividade.
- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação desta infraestrutura, às constantes exigências legais e de mercado, de acordo com o Plano de Investimentos.

Com estes objetivos e procurando responder às necessidades do mercado, a **GIATUL** oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infraestruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para Campismo com capacidade para 1.800 unidades de alojamento
- Mobile Homes – 43 unidades
- Espaços para Autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades - 98 camas
- Teepees - 20 unidades - 40 Camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

A Auto-Estrada A21, veio facilitar a ligação direta entre Lisboa, Mafra e Ericeira, tornando-se uma mais-valia para os utilizadores deste equipamento turístico.

Ranking Nacional

No mercado nacional da oferta no sector do campismo, a **GIATUL** ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas, para além das características dos recursos primários e secundários que a região oferece para a atividade de turismo de lazer.

A área reservada ao estacionamento de autocaravanas, tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para Campismo, é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Parque de Campismo de Mil Regos uma capacidade para 1.800 campistas, representando cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m², apresentando o **Ericeira Camping** uma área de 10,55 m², facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Utilizadores

A evolução dos utilizadores por nacionalidades, utentes e noites, foi a seguinte:

Nacionalidade	2016		2017		% 2017 _ 2016	
	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites
PORTUGUESES	14.801	101.835	15.184	105.503	3%	4%
TOTAL ESTRANGEIROS	9.793	48.798	9.891	45.114	1%	-8%
ALEMA	1.822	8.964	2.363	10.103	30%	13%
FRANCESA	3.094	14.538	2.338	9.706	-24%	-33%
ESPAÑHOLA	1.664	9.283	1.747	8.521	5%	-8%
PAISES BAIXOS	616	3.445	826	3.192	34%	-7%
REINO UNIDO	396	2.002	455	2.226	15%	11%
ITALIANA	320	1.510	429	2.211	34%	46%
BELGA	283	1.307	339	1.543	20%	18%
SUIÇA	398	1.538	319	1.629	-20%	6%
AUSTRALIANA	148	732	101	484	-32%	-34%
VARIOS	1.052	5.479	974	5.499	-7%	0%
TOTAL GERAL	24.594	150.633	25.075	150.617	2%	0%

Durante o ano de 2017, foi possível verificar-se os resultados do investimento realizado nos anos anteriores na promoção do concelho de Mafra que tem alavancado a sua notoriedade, nomeadamente da vila da Ericeira, permitindo a obtenção de boas taxas de crescimento de visitantes e consequentemente de dormidas. Poder-se-á concluir, através da análise do quadro anterior, que o número de utentes nacionais teve um aumento de 3% e o número de utentes estrangeiros aumentou em 1%. Verifica-se também que o número médio de noites de permanência aumentou 4% nos nacionais e diminuiu 8% nos estrangeiros. Em termos de repartição por mercados, assistiu-se a uma maior procura do mercado nacional face ao externo, representando 63,82% das dormidas. Embora com espaço para crescer, entendemos que cerca de



36,18% de dormidas de estrangeiros, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais seletivo e exigente.

A distribuição das receitas no Parque de Campismo, foi no exercício de 2017 a seguinte:

Utentes	2017	2016	Diferença	%
Campismo Eventual	340.451,17€	264.017,19€	76.433,98€	28,95%
Acordos Comerciais	423.293,65€	455.614,14€	3.301,35€	-2,91%
Bungalows	189.849,56€	172.980,94€	25.257,69€	9,76%
Contratos M. Homes	88.870,70€	85.780,97€	4.761,82€	3,61%
Teepees	24.415,25€	14.247,50€	-1.451,50€	71,37%
Eletricidade	29.472,76€	30.286,85€	-14.214,80€	-7,32%
Espaços Verdes	2.955,00€	3.210,00€	60,00€	-7,94%
Água	5.174,50€	3.865,00€	1.347,00€	33,88%
Rendas - TARAWA	108.000,00€	108.000,00€	0,00€	0,00%
Rendas / Concessões	29.491,22€	33.145,47€	1.530,09€	-11,02%
Máquina de Café	3.787,49€	7.434,06€	-1.672,90€	-50,95%
Lavagem Roupa	3.766,50€	2.947,80€	107,80€	27,78%
Adaptadores	2.880,00€	2.850,00€	930,00€	1,06%
Máquinas de Jogos	1.503,80€	2.227,10€	539,88€	-7,53%
	1.253.911,60€	1.186.607,02€	67.304,58€	5,68%

Em termos comparativos, verifica-se que em 2017 foi possível registar uma melhoria das receitas, tendo registado um acréscimo de 5,68%, apesar da maior oferta de camas disponível na Ericeira, nomeadamente através dos *Hostels* e do alojamento local que nos últimos três anos tem sustentado uma maior oferta.

Eventos

No capítulo das atividades e eventos, deveremos salientar a realização de diversas iniciativas, que potenciaram a divulgação do Concelho de Mafra e por consequência da Vila da Ericeira, promovendo em alguns uma maior procura pelo Ericeira Camping.

Handwritten signature and initials.

Destacamos:

- O **IX SUMMOL SUMMER FEST**, que consiste num festival de música e que marca o arranque dos festivais de verão a nível nacional.

Este festival contou com a presença de diversos grupos musicais de renome internacional e com uma assistência a rondar as 30.000 pessoas.

De entre estas, cerca de 10.000 utilizaram o **Ericeira Camping** para estadia durante o decorrer do evento.

- Apoio logístico a diversas provas de surf na Ericeira na nossa reserva mundial de surf, nomeadamente, **Surf Film Festival, Liga Moche Ericeira Pro Surf, Campeonato Universitário de Surf, Rede Internacional Surf Cities, Ericeira Reserva Mundial de Surf, Mundial Juniores de Surf, Surf Holidays e Surf Summit**. De salientar, que este último reuniu cerca de 200 líderes mundiais em tecnologia para realizarem atividades de aventura, networking e palestras, do Web Summit, o maior e mais importante marketplace de tecnologia mundial.

- **Divulgação do Ericeira Camping**, em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra.

- **Festival do Pão**, que decorreu no Jardim do Cerco e foi uma organização em parceria com os serviços da Câmara Municipal de Mafra, com o objetivo de divulgar o Pão de Mafra e o artesanato local.

- **Animação de Verão Ericeira**, que decorreu em dois locais distintos, no "jogo da bola" e na foz do Lizandro. Foi uma organização em parceria com os serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, com o objetivo de animar as noites de verão da Vila.

- **Animação de Natal** com a instalação de Stands Rústicos no centro da vila, com o objetivo de fomentar o comércio local, de promover o artesanato e os produtos agrícolas do nosso concelho.

2.2 Atividade de Infraestruturas e Rodovias

A **GIATUL** no desenvolvimento desta atividade, executou obras de conservação da rede viária municipal, repavimentou diversos arruamentos, instalou e manteve diversos espaços verdes, executou sistemas de saneamento básico e participou na execução de equipamentos de utilização coletiva.

Procedeu ainda, à venda de massas asfálticas e à receção de materiais asfálticos para reciclagem promovendo uma maior utilização do estaleiro e da Central de Asfalto.

O Plano de Atividades aprovado para este exercício, foi o seguinte:

TIPO DE OBRAS – 2017	Euros
Estradas e Caminhos – Conservação Corrente por Contrato	2.533.500,00€
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	78.550,00€
Sinalização e Trânsito	92.325,00€
Iluminação em Diversas Localidades	110.300,00€
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e Reservatórios	188.100,00€
Diversos Estudos e Projetos	39.650,00€
Equipamentos – Conservação e Construções Diversas	178.050,00€
Arruamentos em diversas povoações	1.144.050,00€
Espaços Verdes Jardins	631.660,00€
Infraestruturas Diversas	815.900,00€
Trabalhos para Terceiros	242.400,00€
	6.054.485,00€
Venda de Massas Asfálticas	151.500,00€
Receção e Venda de Reciclados	8.837,00€
	160.337,00€

As Obras executadas foram as seguintes:

OBRAS EXECUTADAS EM 2017		%
Estradas e Caminhos das Freguesias- Conservação Corrente por Contrato	2.841.898,22€	45,92%
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	128.976,13€	2,08%
Sinalização e Transito	133.542,60€	2,16%
Iluminação em Diversas Localidades	0,00€	0,00%
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Aguas e Reservatórios	169.780,12€	2,74%
Diversos Estudos e Projetos	0,00€	0,00%
Arruamentos em diversas povoações	1.348.050,00€	21,78%
Equipamentos - Conservação e Construções Diversas	80.001,39€	1,29%
Conservação Reparação Diversos Jardins Infância Escolas Básicas	37.606,24€	0,61%
Espaços Verdes Jardins	639.516,20€	10,33%
Infraestruturas Diversas	809.007,03€	13,07%
Trabalhos para Terceiros	0,00€	0,00%
	6.188.377,93€	100,00%

Venda de Massas Asfálticas	79.881,88€
Recepção e Venda de Reciclados	861,20€
	80.743,08€

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

INDICADORES	Rácio	2017	2016
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante c.p.	47,32%	43,98%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios + Div a Terc. M/L prazo / Imobilizado	84,42%	88,30%
Solvabilidade	Activo Liquido / Passivo	202,30%	201,53%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Activo Liquido Total	50,57%	50,38%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	10,64%	10,65%

Volume de Negócios	7.415.032,61€	5.662.876,23€
Resultado Liquido	128.625,83€	23.434,26€
Cash-Flow Operacional	691.242,57€	607.371,00€

Da sua leitura, verifica-se um reforço dos Capitais Próprios da sociedade, justificado pela redução dos Capitais Alheios Financiados em 620.430,46€ e do Passivo em 197.741,97€.

5. RENDIMENTOS E GASTOS

Rubricas	Valor	Peso %
RENDIMENTOS		
Vendas de Produtos	80.743,08€	1,06%
Prestação de Serviços	7.334.289,53€	96,24%
Subsídios à Exploração	1.244,78€	0,02%
Imparidade de Dividas a Receber - Reversões	0,00€	0,00%
Outros Rendimentos	204.919,44€	2,69%
Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	0,93€	0,00%
Total dos Rendimentos	7.621.197,76€	100,00%
GASTOS		
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	712.893,72€	9,57%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.824.100,38€	64,70%
Gastos com o Pessoal	1.310.888,46€	17,59%
Depreciações e Amortizações	466.920,90€	6,27%
Outros Gastos	96.867,25€	1,30%
Gastos e Perdas de Financiamento	43.322,65€	0,59%
Total dos Gastos	7.454.993,36€	100,00%

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos e desinvestimentos realizados no exercício de 2017, foram os seguintes:

	INVESTIMENTOS	DESINVESTIMENTOS/ABATES/REG.
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções	45.730,75€	
Equipamento Básico	54.264,26€	
Equipamento Transporte		
Ferramentas e Utensílios		
Equipamento Administrativo	2.544,00€	
Outras Imobilizações Corpóreas		
	102.539,01€	0,00€
Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital - Mafreduca SA	0,00€	
	0,00€	0,00€
	102.539,01€	0,00€

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

As atuais projeções para a economia portuguesa, apontam para a manutenção da recuperação da atividade em 2018 - 2019, suportada maioritariamente pelo desempenho das exportações, pelo bom desempenho do sector do Turismo, a par de uma recuperação da procura interna, num quadro de manutenção de uma significativa capacidade líquida de financiamento externo. A taxa de desemprego tem vindo a marcar uma tendência de descida, o que provavelmente também contribuirá para a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção de graves desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de reequilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico ainda exige aprofundamento. Simultaneamente, não se devem ignorar o aumento dos riscos, de natureza interna e externa, que pairam sobre a economia portuguesa e europeia. Neste quadro, é crucial o cumprimento dos compromissos estabelecidos a nível europeu em termos do processo de consolidação orçamental, que são indispensáveis para sustentar uma trajetória descendente no rácio da dívida pública. Em simultâneo, é necessário, continuar o processo de reformas estruturais no sentido da criação de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano. Um consenso alargado, tornar-se-ia fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação destas políticas. Estas condições, são indispensáveis para promover um melhor aproveitamento dos recursos e para promover o crescimento da produtividade, contribuindo assim para um maior equilíbrio económico-social em Portugal.

Relativamente à atividade da sociedade, os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2018, foram estimados numa perspetiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira anteriormente descrita.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., apresenta no exercício de 2017, resultados positivos de 128.625,83€ (Cento e vinte e oito mil, seiscentos e vinte e cinco euros e oitenta e três cêntimos).

Verificando que o valor existente em Reservas Legais é superior à taxa que os Estatutos da Sociedade obrigam, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados 31.199,14€
- Reservas Para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos..... 97.426,69€

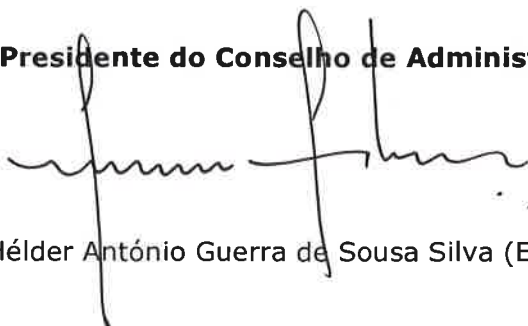
8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da atividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Acionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 5 de Março de 2018

O Presidente do Conselho de Administração



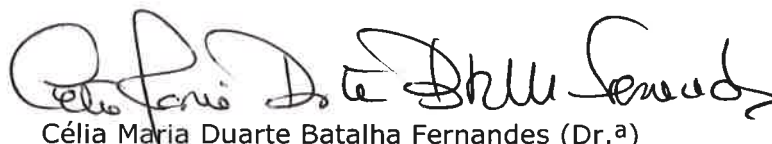
Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração



Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr.º)

Vogal do Conselho de Administração



Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Dr.ª)

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

2 - Balanço

GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODOS	
			2017	2016
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	17	2 003 400,78 €	2 132 378,08 €	
Propriedades de investimento				
Goodwill				
Activos intangíveis	18	8 212 307,63 €	8 447 712,22 €	
Activos biológicos				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial				
Outros investimentos financeiros				
Créditos a receber				
Activos por impostos diferidos				
		10 215 708,41 €	10 580 090,30 €	
Activo corrente				
Inventários	21	40 229,92 €	35 133,30 €	
Activos biológicos				
Clientes	22	420 704,21 €	301 328,38 €	
Estado e outros entes públicos	23	73 300,06 €	171 568,53 €	
Capital subscrito e não realizado				
Outros créditos a receber	20	754 688,99 €	257 580,71 €	
Diferimentos	19	19 343,01 €	24 178,77 €	
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros				
Activos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários	24	121 724,02 €	181 448,83 €	
		1 429 990,21 €	971 238,52 €	
TOTAL DO ACTIVO		11 645 698,62 €	11 551 328,82 €	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	25	900 000,00 €	900 000,00 €	
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas legais	26	356 800,25 €	356 800,25 €	
Outras reservas	27	501 994,22 €	604 732,03 €	
Resultados transitados	29	3 984 730,60 €	3 883 977,07 €	
Ajustamento em activos financeiros	28	-6 925,00 €	-6 925,00 €	
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		23 684,18 €	57 593,72 €	
		128 625,83 €	23 434,36 €	
Resultado líquido do período				
Interesses que não controlam				
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		5 888 910,08 €	5 819 612,43 €	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões				
Financiamentos obtidos	33	2 734 803,45 €	3 523 125,51 €	
Responsabilidade por benefícios pós-emprego				
Passivos por impostos diferidos				
Outras dívidas a pagar				
		2 734 803,45 €	3 523 125,51 €	
Passivo corrente				
Fornecedores	32	1 419 906,98 €	685 689,47 €	
Adiantamentos de clientes				
Estado e outros entes públicos	30	74 116,79 €	40 988,24 €	
Financiamentos obtidos	33	789 000,60 €	621 109,00 €	
Outras dívidas a pagar	31	195 895,08 €	312 524,17 €	
Diferimentos	19	543 065,64 €	548 280,00 €	
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
Passivos não correntes detidos para venda				
		3 021 985,09 €	2 208 590,88 €	
TOTAL DO PASSIVO		5 756 788,54 €	5 731 716,39 €	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		11 645 698,62 €	11 551 328,82 €	

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 67159

219737428

67159

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

3 – Demonstração de Resultados

GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e Serviços Prestados	6	7 415 032,61 €	5 662 876,23 €
Subsídios à exploração	12	1 244,78 €	499 556,66 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-712 893,72 €	-426 586,34 €
Fornecimento e serviços externos	8	-4 824 100,38 €	-4 160 186,57 €
Gastos com o pessoal	9	-1 310 888,46 €	-1 128 658,89 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-14 795,55 €	12 922,06 €
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	11	204 919,44 €	235 467,10 €
Outros gastos	13	-82 071,70 €	-75 097,19 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		676 447,02 €	620 293,06 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14	-466 920,90 €	-525 671,66 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		209 526,12 €	94 621,40 €
Juros e rendimentos similares obtidos	15	0,93 €	3,34 €
Juros e gastos similares suportados	16	-43 322,65 €	-64 548,34 €
Resultados antes de impostos		166 204,40 €	30 076,40 €
Imposto sobre o rendimento do período		-37 578,57 €	-6 642,04 €
Resultado líquido do período		128 625,83 €	23 434,36 €

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 67159

219737428

67159

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Giatul-Actividades Ludicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:			
Recebimento de clientes	+	6 798 548,50 €	6 590 812,72 €
Pagamentos a fornecedores	-	-4 831 523,90 €	-4 738 761,40 €
Pagamentos ao pessoal	-	-1 310 888,46 €	-1 148 804,74 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	656 136,14 €	703 246,58 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-52 027,93 €	-23 701,05 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	126 042,14 €	257 160,69 €
Fluxos das actividades operacionais	[1]	730 150,35 €	936 706,22 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-126 122,98 €	-67 360,59 €
Activos intangíveis	-	0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros	-	0,00 €	0,00 €
Outros activos	-	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	0,00 €	67 509,51 €
Activos intangíveis Investimentos financeiros	+	0,00 €	0,00 €
Outros activos	+	0,00 €	0,00 €
Subsidios ao investimento	+	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares	+	0,00 €	0,00 €
Dividendos	+	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	[2]	-126 122,98 €	148,92 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos	+	0,93 €	0,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos	+	0,00 €	0,00 €
Doações	+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	+	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	-	-620 430,46 €	-905 294,41 €
Juros e gastos similares	-	-43 322,65 €	64 551,68 €
Dividendos	-	0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	-	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	[3]	-663 752,18 €	-840 742,73 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]	-59 724,81 €	96 112,41 €
Efeitos das diferenças de câmbio	+/-	- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	181 448,83 €	85 336,42 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	121 724,02 €	181 448,83 €

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 67159

219737428

67159



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

5 – Anexo às Demonstrações Financeiras



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **GIATUL, ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M.-S.A.** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005 o parceiro Orbitur, SA, cedeu a sua posição de accionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda, mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.

Em Março de 2008 a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em Agosto de 2010 a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

Em consequência desta fusão, o objecto social da sociedade incorporante passou a consistir no seguinte:



1. A empresa tem como objecto o exercício das seguintes actividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.
- d) Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município.

2. A título acessório, a empresa poderá exercer outras actividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente, prestação de serviços, bem como exploração de outras actividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

O capital social da empresa passou para € 900.000,00, representado por 180.000 acções nominativas de 5,00 euros cada, detidas a 100% pelo Município de Mafra.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.



3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados

condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito, mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2017, consiste, na informação da sociedade "GIATUL, EM SA".

Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

PARTICIPADA	Participação	Valor Mensurado	Ano Aquisição	Total do Capital Social	Resultado 2017
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100.000,00	N/A

As Contas de 2017 ainda não foram disponibilizadas na presente data.

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, SA, conforme deliberação inscrita na Acta da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, conforme se descrito no relatório de gestão do exercício anterior, não chegou a ficar concluído.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo.

A 31/12/2016 apresentava Capitais Próprios negativos em 19.265.667,44 €.

4. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Imparidade de activos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Reconhecimento de Vendas e Serviços Prestados

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidos a afectar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.



Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os activos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores actualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o activo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de activos.

Operações em moeda diferente da moeda de relato (€uro)

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afectar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Responsabilidades e Gastos com benefícios de reforma de trabalhadores

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Custos de empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Subsídios públicos

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Emprego e Formação Profissional, tendo como objetivo promover a inserção de jovens com incapacidade no mercado de trabalho.

Impostos sobre os resultados

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de activos por impostos diferidos.

Quando aplicável adoptou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

**Activos fixos tangíveis**

Os edifícios e equipamentos que integram o activo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de linha recta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos activos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objecto de estimativa actualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Para a generalidade dos activos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detectados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no



parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afectar o valor do respectivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Justo Valor nas Propriedades de Investimento e Imparidades de activos

Aplicaram-se para o efeito, as disposições contidas na NCRF 11 - Propriedades de investimento.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.



Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos.

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respectivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respectivas dívidas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.



Investimentos financeiros activos

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respectivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Outras contas a pagar

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor actual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afectam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os activos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos activos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo, sendo a taxa de juro efectiva a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros:

São desreconhecidos activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os



activos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos accionistas.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Passivos contingentes e activos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

(i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.



Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: as propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objecto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização directa; e (iv) fluxos de caixa descontados.

b) As Vidas úteis dos activos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICO

A Demonstração dos Resultados por Funções não é objecto de preparação em SNC porque a empresa optou por não a elaborar.

NOTAS DISCRIMINATIVAS E EXPLICATIVAS**6. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

Detalhe das Vendas e Prestação de Serviços dos exercícios:

	2017	2016
Vendas de produtos acabados	80.743,08€	20.559,32€
Prestação de Serviços:		
Infraestruturas	6.188.377,93€	4.563.709,89€
Parque de Campismo	1.145.911,60€	1.078.607,02€
Vendas e serviços prestados na DRN SNC	7.415.032,61€	5.662.876,23€

As Prestações de Serviços ocorrem apenas no mercado interno.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2017	2016
Existências iniciais	35.133,30€	26.247,55€
Compras de matérias, subsidiárias e de consumo no período	717.990,34€	435.472,09€
Existências finais	40.229,92€	35.133,30€
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas na DRN SNC	712.893,72€	426.586,34€

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos dos exercícios, foram os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subcontratos	3.613.451,34€	3.393.646,56€
Trabalhos especializados	312.377,09€	77.196,29€
Publicidade e propaganda	7.621,54€	18.799,45€
Vigilância e segurança	105.366,36€	91.093,45€
Honorários	0,00€	0,00€
Comissões	0,00€	0,00€
Conservação e reparação	143.880,18€	132.663,66€
Serviços Bancários	27.156,35€	29.018,65€
Outros Serviços	0,00€	0,00€
Ferramentas e Utensílios	40.163,54€	32.764,58€
Livros e documentação técnica	6,10€	216,00€
Material de escritório	13.412,46€	8.302,67€
Artigos para oferta	0,00€	144,34€
Electricidade	95.626,33€	72.870,43€
Combustíveis	221.333,96€	97.653,39€
Água	109.666,10€	86.309,03€
Lubrificantes	720,51€	4.307,20€
Deslocações e estadas	808,02€	588,77€
Rendas a alugueres	42.908,19€	37.071,30€
Comunicação	16.861,98€	11.641,50€
Seguros	33.656,37€	31.186,01€
Contencioso e notariado	481,00€	778,40€
Despesas de representação	56,25€	0,00€
Limpeza, higiene e conforto	37.423,44€	34.204,89€
Outros Serviços	1.123,27€	0,00
Fornecimentos e serviços externos na DRN SNC	4.824.100,38€	4.160.186,57€

9. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe dos Gastos com o Pessoal nos exercícios:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações dos órgãos sociais	0,00€	0,00€
Remunerações do pessoal	1.009.414,85€	891.572,22€
Encargos sobre remunerações	239.567,64€	192.310,70€
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	13.314,93€	11.293,94€
Indemnizações e acordos de rescisão	0,00€	0,00€
Outros gastos com o pessoal	48.591,04€	33.482,03€
Gastos com pessoal na DRN SNC	1.310.888,46€	1.128.658,89€

O número médio de funcionários em 2017 foi de 84, sendo 14 do Parque de Campismo.


10. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Desdobramento dos ajustamentos e imparidades ocorridas nos exercícios:

	2017	2016
Aumentos de ajustamentos de valor em clientes	0,00€	0,00€
Recuperação de dívidas	0,00€	12.922,06€
Imparidade de dívidas a receber na DRN SNC	0,00€	12.922,06€

Neste período não houve ajustamentos para clientes tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

11. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe dos Outros Rendimentos dos exercícios:

	2017	2016
Correções imputáveis a períodos anteriores	27.135,48€	4.001,64€
Outros rendimentos e ganhos	177.783,96€	231.465,46€
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	204.919,44€	235.467,10€

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a “Tarawa-kiribati”, que gerou um rendimento no montante de 108.000,00 euros, no exercício de 2017.

12. SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO

	2017	2016
Subsídios à exploração	1.244,78€	499.556,66€
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	1.244,78€	499.556,66€

Nesta rubrica de Subsídios à Exploração foram reconhecidos rendimentos no valor de 1.244,78€, referentes a um contrato de estágio estabelecido com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, tendo como objectivo promover a inserção de jovens com incapacidade no mercado de trabalho.


13. OUTROS GASTOS

Detalhe de Outros Ganhos dos exercícios:

	2017	2016
Impostos indiretos	2.688,28€	10.754,87€
Impostos diretos	965,66€	1.072,95€
Correções de Exercícios Anteriores	18.884,25€	25.107,80€
Taxas	54.363,95€	32.118,02€
Donativos	1.000,00€	2.300,00€
Multas e penalidades	1.500,00€	99,76€
Outros gastos e perdas	2.669,56€	3.643,79€
Outros gastos e perdas na DRN SNC	82.071,70€	75.097,19€

14. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das Amortizações dos Activos Tangíveis e Intangíveis, dos exercícios:

	2017	2016
Amortizações de ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	25.804,91€	23.518,37€
Equipamento básico	191.640,30€	249.541,89€
Equipamento de transporte	11.409,67€	13.909,67€
Equipamento administrativo	2.661,43€	2.941,50€
Outros activos fixos tangíveis	0,00€	366,26€
Propriedade Industrial	200.000,00€	200.000,00€
Projectos de Desenvolvimento	35.404,59€	35.393,97€
Gastos de depreciação e de amortização na DRN SNC	466.920,90€	525.671,66€

15. JUROS OBTIDOS E OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos juros bancários obtidos.

	2017	2016
Juros obtidos de depósitos	0,93€	3,34€
Juros obtidos de aplicações de tesouraria		
Juros obtidos de clientes		
Juros obtidos de outras entidades		
Rendimentos de participadas valorizadas ao custo		
Diferenças cambiais favoráveis		
Outros rendimentos e ganhos		
Juros e rendimentos similares obtidos na DRN SNC	0,93€	3,34€

16. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2017	2016
Juros contraídos com empréstimos bancários	42.548,67€	59.398,52€
Juros contraídos em locações financeiras	0,00€	0,00€
Outros gastos e perdas de financiamento	773,98€	4.573,61€
Juros e gastos similares suportados na DRN SNC	43.322,65€	64.548,34€

17. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Fixos tangíveis:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienacões	Transferências e abates	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	420.691,21€				420.691,21€
Edifícios e outras construções	485.780,74€	45.730,75			531.511,49€
Equipamento básico	6.139.062,11€	54.264,26			6.193.326,37€
Equipamento de transporte	202.937,20€				202.937,20€
Ferramentas e utensílios					
Equipamento administrativo	100.530,03€	2.544,00			103.074,03€
Outros activos fixos tangíveis	64.887,24€				64.887,24€
Depreciações acumuladas	-5.281.510,45€	-231.516,31€			-5.513.026,76€
Perdas por imparidade acumuladas	0,00€				0,00€
Total	2.132.378,08€	-128.977,30€			2.003.400,78€

Totais das variações do ano sem depreciações

Aquisições	Alienacões
102.539,01€	0,00€

No que respeita ao valor reconhecido em "Terrenos e recursos naturais" corresponde ao terreno denominado "Vale da Póvoa de Cima", localizado no concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos exercícios seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates (a)	Saldo Final
Ativos intangíveis					
Goodwill					
Projectos de desenvolvimento					
Programas de computador					
Propriedade industrial	10.912.307,80€				10.912.307,80€
Outros activos intangíveis	106.192,53€				106.192,53€
Amortizações acumuladas	-2.570.788,11€	-235.404,59€			-2.806.192,70€
Perdas por imparidade acumuladas					
Total	8.447.712,22€	-235.404,59€			8.212.307,63€

Discrimina-se o valor da rubrica por item.

Descrição	Ano Aquisição	Valor Reconhecido	Tipo de Direito
Avessada - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2.422.372,88€	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421.956,08€	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565.619,09€	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320.462,17€	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288.732,28€	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212.801,30€	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272.283,08€	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305.108,52€	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313.317,44€	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651.381,20€	50 anos Direitos Superf
Dir. Superfície terreno Abrunheira	31/12/2008	138.273,76€	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	2.299. 999,83€	Cessão Exploração
Soma		8.212.307,63€	

O Parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em Fevereiro de 2017.

19. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no Activo Corrente é o seguinte:

(Activo corrente)	2017	2016
Diferimentos:		
Juros a reconhecer	19.343,01€	24.178,77€
Gastos a reconhecer	0,00€	0,00€
Diferimentos no balanço SNC	19.343,01€	24.178,77€

O desdobramento dos diferimentos registados no Passivo Corrente, é o seguinte:

(Passivo Corrente)	2017	2016
Rendimentos a reconhecer (Proveitos Diferidos)	543.065,64€	548.280,00€
Diferimentos no balanço SNC	543.065,64€	548.280,00€

20. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Detalhe das Outras Contas a Receber:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2017	2016
(Activo corrente)		
Devedores por acréscimo de Rendimentos	608.214,86€	257.580,71€
Outros devedores	146.474,13€	0,00€
Outras contas a receber no balanço SNC	754.688,99€	257.580,71€

Na rubrica de Devedores por acréscimo de rendimentos encontram-se reconhecidos 25.290,00€ Euros de valores faturados em 2018 correspondente a serviços de alojamento no Parque de Campismo ocorridos em 2017.

21. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2017	2016
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	40.229,92€	35.133,30€
Inventários reclassificados de acordo com a NCRF 3	40.229,92€	35.133,30€

22. CLIENTES

Saldos da Conta Clientes nos exercícios:

	2017	2016
Clientes C/C - Mercado Nacional	420.704,21€	121.953,38€
Clientes C/C – Títulos a Receber	0,00€	0,00€
Clientes - Factoring	0,00€	179.375,00€
Clientes no balanço SNC	420.704,21€	301.328,38€

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVO)

Detalhe dos saldos devedores da conta Estado, nos exercícios:

	2017	2016
IRC Capitais	0,00€	0,00€
IRC Prediais	27.000,00€	29.840,68€
IRC Juros Bancários	0,19€	95,92€
Pagamento Especial por Conta	6.002,88€	15.897,95€
Pagamento por Conta	0,00€	15.750,30€
IVA a Recuperar	40.296,99€	109.983,68€
Estado e outros entes públicos no balanço SNC	73.300,06€	171.568,53€

24. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Detalhe da conta caixa e seus equivalentes:

	2017	2016
Caixa	3.588,75€	3.450,00€
Depósitos imediatamente mobilizáveis	115.635,27€	175.498,83€
Depósitos a Prazo	2.500,00€	2.500,00€
Caixa e depósitos bancários no balanço SNC	121.724,02€	181.448,83€

25. CAPITAL REALIZADO

Composição do Capital:

	2017	2016
Capital realizado no balanço SNC	900.000,00€	900.000,00€

O “Município de Mafra” detém 100% do capital social da Giatul, EM. SA.

26. RESERVAS LEGAIS

Composição da Reserva legal:

	2017	2016
Reservas legais	356.800,25€	356.800,25€
Reservas legais no balanço SNC	356.800,25€	356.800,25€

27. OUTRAS RESERVAS

Composição das Outras Reservas:

	2017	2016
Reservas livres	425.027,06€	425.027,06€
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos - 2014	0,00€	50.028,30€
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2015	76.967,16€	129.676,67€
Outras reservas no balanço SNC	501.994,22€	604.732,03€

28. AJUSTAMENTOS DE ACTIVOS FINANCEIROS

	2017	2016
Ajustamentos de aplicação do MEP	-6.925,00	-6.925,00
Ajustamentos em activos financeiros no balanço SNC	-6.925,00	-6.925,00

29. RESULTADOS TRANSITADOS

Detalhe da evolução dos Resultados Transitados nos exercícios:

	2017	2016
Resultados Transitados	3.984.730,60€	3.883.977,07€
Resultados transitados no balanço SNC	3.984.730,60€	3.883.977,07€

30. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (Passivo)

Desdobramento das Contas com o Estado:

	2017	2016
(Passivo corrente)		
Iva a Pagar	0,00€	0,00€
CGA e ADSE a pagar	3.011,69€	3.617,20€
Segurança social a pagar	22.113,62€	19.864,12€
IRS a pagar	6.475,98€	5.832,87€
IRC a Pagar	42.515,50€	16.515,90€
Estado e Outros Entes Públicos no balanço SNC	74.116,79€	45.925,17€

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.


31. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Detalhe das Outras Contas a Pagar:

	2017	2016
(Passivo corrente)		
Credores Diversos	189.974,05€	301.666,21€
Retenções para ATAM e Cofre Previdência F.A. Estado	0,00€	0,00€
Impostos diferidos	5.921,03€	10.857,96€
Outras contas a pagar no balanço SNC	195.895,08€	312.524,17€

32. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de Fornecedores:

	2017	2016
Fornecedores C/C	916.126,77€	334.789,23€
Fornecedores C/ garantias	503.780,21€	352.823,81€
Adiantamentos a Fornecedores	0,00€	-1.923,57€
Fornecedores no balanço SNC	1.419.906,98€	685.689,47€

33. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos Financiamentos obtidos nos exercícios:

	2017	2016
(Passivo não corrente)		
Dívidas a mais de um ano a instituições de crédito nacionais	2.734.803,45€	3.523.125,51€
Financiamentos obtidos no balanço SNC	2.734.803,45€	3.523.125,51€
(Passivo corrente)		
Dívidas a menos de um ano a instituições de crédito nacionais	789.000,60€	621.109,00€
Financiamentos obtidos no balanço SNC	789.000,60€	621.109,00€

- a) Neste valor estão incluídos os financiamentos através de Conta Corrente Caucionada, e Locação financeira.

34. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às comparticipações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os artºs 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

35. SALDOS ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	2017	2016
Saldos em outras contas a receber		
Câmara Municipal de Mafra	365.176,66€	0,00€
Saldos em contas a pagar		
Câmara Municipal de Mafra	93.035,78€	30.555,56€

36. TRANSACÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe das transações ocorridas com associadas:

	2017	2016
Réditos		
Câmara Municipal de Mafra	5.765.081,171€	5.642.316,91€
Fornecimentos e serviços externos		
Câmara Municipal de Mafra	214.837,91€	216.568,83€

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

- À data da realização do presente documento não existe conhecimento de outras responsabilidades que não estejam transcritas nos mapas financeiros em anexo;
- A proposta de aplicação de resultados é:
 - Resultados Transitados..... 31.199,14€
 - Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos...97.426,69€
- As Demonstrações Financeiras contantes neste relatório referente ao exercício de 2017 foram elaboradas e deliberadas em reunião do Conselho de Administração realizada a 05 de Março de 2018, para serem apresentadas e sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Mafra, 05 de Março de 2018


 Conselho de Administração


 Contabilista Certificado nº 67159

 219737428
 67159
 Anexo às Demonstrações Financeiras 2017

[Handwritten signature]

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

6 – Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

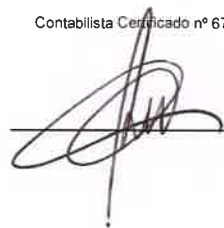
Giatul-Actividades Ludicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital												Preferências minoritárias	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (partes) próprias	Reservações voluntárias e reservas reguladas em capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Ocultos reservas	Resultados transferidos	Resultados com reservas transferidos	Reservas de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	900 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356 800,25 €	604 732,03 €	3 883 977,07 €	-6 925,00 €	0,00 €	57 593,72 €	23 434,36 €	5 819 612,43 €	0,00 €	5 819 612,43 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						0,00 €	-102 737,81 €	100 753,53	0,00 €		-33 809,54 €	-23 434,36 €	-59 328,18 €		-59 328,18 €
	7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-102 737,81 €	100 753,53 €	0,00 €	0,00 €	-33 809,54 €	-23 434,36 €	-59 328,18 €	0,00 €	-59 328,18 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											128 625,83 €	128 625,83 €		128 625,83 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											105 191,47 €	69 297,65 €		69 297,65 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															0,00 €
Realizações de prémios de emissão															0,00 €
Distribuições															0,00 €
Entradas para cobertura de perdas															0,00 €
Outras operações															0,00 €
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	11=6+7+8+10	900 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356 800,25 €	501 994,22 €	3 984 730,60 €	-6 925,00 €	0,00 €	23 684,18 €	128 625,83 €	5 888 910,08 €	0,00 €	5 888 910,08 €

Contabilista Certificado nº 67159



219737428

67159

Conselho de Administração



João Paulo

Carlos De Almeida Fom...

[Handwritten signature]

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

7 – Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. que compreendem o balanço em 31/12/2017 que evidencia um total de 11.645.699 euros e um total de capital próprio de 5.888.910 euros, incluindo um resultado líquido de 128.626 euros, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. em 31/12/2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2016 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 19.265.667 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017. A GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos à atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos



[Handwritten signatures and initials]

conhecimento que a Administração da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 07 de Março de 2018

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Registada na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,

Revisor Oficial de Contas, n.º 1167

Registado na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

8 – Relatório e Parecer do Fiscal Único



[Handwritten signatures and initials]

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Acionistas, da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de resultado por natureza, Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 relativos à GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a actividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.

2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da Sociedade.

3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal de Contas não qualificada com a data de 07 de março de 2018, com a seguinte ênfase:

a) A GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2016 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 19.265.667 Euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017. A GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos à atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.



[Handwritten signature]

4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 07 de Março de 2018

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Registada na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

[Handwritten signature of Dr. Hernâni João Dias Bento]

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167
Registado na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779